

Paz e Segurança*

José Eduardo Garcia Leandro

Tenente-General, Director do Instituto da Defesa Nacional.

Resumo

O texto “Paz e Segurança” dentro do contexto “Regular o Global” pretende primeiramente apresentar as grandes alterações qualitativas do mundo actual, a desregulação que existe no sistema internacional, o facto de a única ideologia hoje existente ser a do mercado e a necessidade de serem definidas regras que permitam alguma regulação.

Simultaneamente nesta competição pelos mercados e pela influência política existe o risco de um afastamento perigoso entre os EUA e (parte) a União Europeia, o que convém contrariar mantendo-se um enquadramento de segurança e defesa que integre as duas partes.

Abstract

The text “Peace and Security” in the context “Regular the Global” aims, in the first place, to present the great qualitative changes of the present world, the disruption of the international system, the fact that the only ideology existing today is the market’s and the need of defining rules allowing some regulation.

Simultaneously, in this competition over markets and political influence, there is the risk of a dangerous division between the United States and (part) of the European Union, which is advisable to contradict, keeping a framing of security and defense integrating both parts.

* Texto da comunicação apresentada nos Encontros da Arrábida em Outubro de 2003, organizados pela Fundação Oriente.

Qualquer sistema político-social que os homens têm construído ao longo da História tem balançado frequentemente na proximidade de dois extremos: ou o reino do caos, ou, o seu contrário, o reino da ordem absoluta como elemento sacralizado.

É óbvio que nenhum destes dois limites é a resposta desejável. O caos ou a ordem absoluta como valores dominantes, envolvem em si mecanismos de violência descontrolada ou totalmente controlada que não garantem estabilidade e durabilidade.

Relativamente ao tema “Paz e Segurança”, é consensual que num sistema desequilibrado e desajustado pode-se tentar garantir a Segurança, sem que tal signifique Paz.

A Paz conseguida por processos de desenvolvimento, equidade, consentimento e justiça, poderá garantir uma Segurança, que seja estável e duradoura em áreas cada vez mais alargadas.

Por outro lado, no mundo de hoje a sociedade e os problemas são globais, pelo que as soluções devem ser também globais e inclusivas recusando exclusões que a médio prazo serão a origem de graves problemas, evitando tais soluções concentrar-se apenas no factor militar da equação.

O mundo encontra-se actualmente a passar por transformações sem precedentes com uma rapidez tal, que nem povos, nem dirigentes para tal estavam preparados. Ao avanço científico e tecnológico não correspondeu o mesmo progresso em termos morais e comportamentais, tanto do indivíduo, como da sociedade.

A globalização iniciada em 1500, com a viagem marítima que incluiu pela primeira vez quatro continentes sob o comando de Pedro Álvares Cabral, atingiu 500 anos depois o seu ponto de grande viragem qualitativa, não só por que todo o mundo está ligado e tudo influencia tudo, mas por que a tecnologia provocou o alterar de procedimentos e valores, políticos, sociais, culturais e morais, mudando a hierarquia dos poderes, fazendo emergir outros que não existiam e eliminando os menos capazes.

A História do Mundo tem sido essencialmente dominada pelas consequências da História da Europa, das suas guerras civis, das suas guerras imperiais, dos seus conceitos políticos e culturais. Este mundo eurocentrado desapareceu. O valor do Estado-Nação como paradigma do sistema de Westfália e que a Europa impôs a todo o Mundo está em crise e já não responde às necessidades dos seus cidadãos.

O conceito enraizado milenarmente de que eram apenas as sociedades organizadas, com Poder Político responsável, que individualmente ou associadas em coligações de Estados se confrontavam militarmente para obter mais terras, mais bens, mais poder e que

foi dominante desde 1648, na expansão napoleónica, nas I e II Guerras Mundiais e também na Guerra Fria, está em crise.

Embora o Estado-Nação ainda seja o primeiro actor das Relações Internacionais, há outros que se têm imposto e estamos em período de transição e desregulação. O Estado-Nação é ainda o grande sobrevivente que funciona, mas pode ser já, também, a ponte entre o passado e o futuro.

A Escola Realista do pensamento político americano que considera o mundo essencialmente constituído por Estados-Nação, no qual o caos domina e onde, praticamente, só a força militar pode resolver os problemas já não corresponde à realidade dos nossos dias e é origem de muitos equívocos e erros.

O conceito da Soberania do Estado está também em crise por que a maior parte dos problemas que se põem são supranacionais, transnacionais e infranacionais, onde as dificuldades do Estado-Nação em responder bem são patentes. Já se compreendeu que as grandes questões que envolvem a segurança de um país não se resolvem nos limites das suas fronteiras políticas-administrativas (tráfego de droga, de armas, de pessoas, branqueamento de capitais, crime organizado e terrorismo internacional, questões ambientais e de saúde, etc.). Daqui a necessidade de associações de Estados em organizações mundiais, regionais ou especializadas, bem como de actividades ou grupos profissionais específicos, que permitam de um modo mais eficaz tentar resolver os problemas existentes.

O próprio pensamento de um dos ícones dos neo-conservadores americanos Robert Kagan, apresentado de um modo singularmente claro no seu livro “Of Paradise and Power” está aquém dos problemas do mundo actual.

Embora partindo de níveis de desenvolvimento desproporcionados e também de origens étnicas-religiosas e culturais muito diferentes, a sociedade mundial vai tender para a procura da uniformização e nivelamento para o que muito têm contribuído a educação, o turismo, o desporto, as migrações, os transportes, as artes (a música) a moda, o desenvolvimento científico e tecnológico, os meios de comunicação social e agora a Internet, sendo que também corresponde a uma expectativa geral da juventude.

É, para mim, evidente que nesta tendência de mundialização e de afirmação pessoal e regional, os poderes tradicionais vão ser claramente postos em causa, reagindo fundamentalmente aqueles que são responsáveis pelos Estados e pela condução das Nações, e também os responsáveis pelas diferentes Religiões habituados a deterem um espaço de intervenção até agora intocável.

A progressiva abertura de espaços nacionais ou religiosos fechados ajudará nessa tendência para a uniformização e provocará choques de gerações em cada caso específico.

As Democracias de origem ocidental cujo modelo está hoje espalhado em todo o Mundo, podem ser conquistadas por dentro, por Partidos Políticos não interessados no bem nacional, mas que representam não só conceitos já internacionalizados, mas interesses de grupos económicos, religiosos e até de outras organizações de fins pouco claros que posteriormente utilizarão os mecanismos formais das democracias a favor dos seus interesses pessoais ou de grupo.

Os partidos políticos de tradição europeia, na lógica da esquerda-direita também já não respondem ao novo quadro de sociedade onde se inserem. Os Sindicatos também perderam poder já que hoje perante o poder económico e financeiro global, Governos, Partidos e Sindicatos lutam desesperadamente para manter as empresas, cada vez mais ramos locais de grandes grupos internacionais, no seu solo nacional.

As grandes religiões mediterrânicas – o cristianismo, o judaísmo e o islamismo, também estão em crise, ou vão perdendo influência ou não querem aceitar o novo mundo que chega de modo irreversível. Os fundamentalismos cristão (dos EUA), judaico e islâmico são apenas uma prova disto. Sociedades ou Estados que tenham como base uma forte influência de dogmatismo religioso coabitam mal com o futuro que se avizinha e com os sistemas democráticos. Isto, sem pôr em causa a diferença existente entre as ditaduras islâmicas e as democracias existentes nos EUA e em Israel.

O comportamento exclusivista do governo israelita, da direita messiânica americana (hoje no poder) e dos grupos islâmicos fundamentalistas é disto prova inofismável. Consideram-se detentores de verdades absolutas, transmitidas por Profetas há milhares ou centenas de anos, que não aceitam sejam postas em causa e que permitem conduzir e manipular populações.

A Europa sabe bem o que foi a luta da sociedade civil e dos Estados ao longo de centenas de anos contra os dogmas da Santa Sé. O caso de Galileu e da Teoria do Sistema Solar é apenas o mais conhecido.

Mas a Igreja Católica foi a que mais evoluiu tendo encontrado claramente o seu lugar, e hoje nem o Vaticano apoia o fundamentalismo cristão existente na Administração dos EUA.

As outras grandes religiões, o induísmo e budismo, são menos agressivas e menos expansionistas aceitando melhor outros valores e com base nelas não deverão surgir questões conflituais que saltem fora das suas regiões de implantação histórica, com excepção para as zonas de confronto com o islamismo.

Hoje no mundo que se vai integrando nos mecanismos da globalização haverá cada vez menos conflitos entre Forças Armadas de Estados contra Estados, mas ocorrerá aquilo que

corresponde à notável premonição de Morris Janowitz, de 1971, quando fala em “Constabulary Forces”. São forças militares que de acordo com o seu próprio texto terão um novo emprego:

“O uso da força nas relações internacionais alterou-se de tal modo que parece apropriado falar em ‘Constabulary Forces’ (forças de prevenção), em vez de em forças militares. Este conceito permite a continuação das tradições e experiências militares passadas, mas também oferece uma base para a radical adaptação da profissão. O sistema militar torna-se assim em força de presença/vigilância/prevenção/dissuasão quando está continuamente preparado para agir, determinado a fazer o uso mínimo da força e procura relações internacionais viáveis mais do que a vitória, porque incorporou uma postura militar preventiva”.

Assim, “as forças militares terão de actuar como suporte da política nas relações internacionais, em acções em que a força militar por si própria não resolve o conflito; ela é apenas um meio para se atingir um objectivo de paz ou de compromisso” (fim de citação).

Quer dizer que já não haverá vitórias militares absolutas.

E estas forças ao serviço do interesse geral de uma comunidade cada vez mais alargada terão de actuar nas zonas de choque, de atrito, de rotura, de vazio, na protecção de minorias de qualquer origem, vítimas de conflitos vários ou do poder do Estado que não as quer aceitar. E isto leva-nos ao limite apresentado por Kofi Annan no seu discurso de Setembro de 1999 à Assembleia Geral da ONU, em que punha em confronto a Soberania do Indivíduo contra a Soberania do Estado. Dizia ele que havia a necessidade de se passar de uma «cultura de reacção» para uma «cultura de prevenção» e que ocorria a «emergência da soberania individual com o direito de cada um controlar o seu próprio destino contra a soberania do Estado».

Acrescentava que «nada na Carta das Nações Unidas impede o reconhecimento de que há direitos para além do conceito de fronteira e que a noção tradicional de Soberania pode limitar as aspirações dos povos para alcançar as suas liberdades fundamentais», para concluir que se «os Estados que prosseguem um comportamento criminoso souberem que o Conselho de Segurança tomará decisões para parar os crimes contra a Humanidade, então aqueles Estados não continuarão nesse tipo de actuação na esperança de disporem de uma impunidade soberana».

Estávamos em período marcado pelas questões do Kosovo, Timor Leste e Serra Leoa.

Trata-se de uma visão revolucionária e de choque da qual o próprio Kofi Annan conhece os seus limites e dificuldades de aplicação; de qualquer modo corresponde a uma posição nova e corajosa.

Perante tudo isto temos um Mundo dividido na sua modernidade e desenvolvimento onde os Estados Modernos e Pós-Modernos quererão evitar choques entre si, mas onde aparecerão conflitos essencialmente no Terceiro Mundo, nas regiões com regimes totalitários ou saídas de regimes totalitários e nas zonas de reservas de matérias primas e de recursos energéticos.

Perante as possibilidades reais de liderança, organização, capacidade técnica e financeira, associadas a um poder de mobilização de seguidores surgem nesta época moderna os novos conflitos que tudo podem pôr em causa, ou seja as transnacionais do poder, do crime e do terror contra os Estados.

O zénite destas novas ameaças de terror aconteceu em 11 de Setembro de 2001 em Nova York e Washington com conclusões muito estudadas e analisadas e cujas consequências se estendem a todo o mundo. Foi uma tragédia para toda a Humanidade. Teremos entrado numa nova Era da Conflitologia.

E integrando outra possibilidade, ou seja, os Estados que evitarão confrontar-se entre si, pelo desgaste político, financeiro e humano a que tal corresponderia, se não conseguirem, no contexto dos Acordos e Regras internacionais fazer prevalecer os seus interesses, podem utilizar a Estratégia Indirecta utilizando grupos aparentemente não identificados consigo para fazer desestabilizar outra Nação ou Sociedade (nas grandes concentrações de massas, incêndios, poluição de rios, quebras na produção e distribuição de electricidade e água potável, problemas nos transportes colectivos e nos hospitais, deslocação de empresas, etc.).

Este enquadramento inicial dá-nos a ideia das dificuldades da época em que vivemos, da fragilidade do Poder Político de cada Nação, das limitações de segurança, das dificuldades dos sistemas produtivos e da ganância do poder financeiro também global e transnacional. É outra das grandes ameaças à sociedade moderna, ou seja, a existência de lucros imensos sem nada se produzir, área onde existem grandes especialistas à escala mundial e que é um método infalível para se destabilizar um determinado país.

Julgo perceber qual será a tendência, já que o mundo desde a sua origem tem sempre caminhado para o alargamento e integração de grupos e sociedades. Mas, até lá, não só decorrerá muito tempo, como ocorrerão muitas dificuldades e conflitos vários.

A época que atravessamos é muito conturbada com vários factores de imprevisibilidade, e, de facto, será também necessário na esfera da segurança tentar regular a globalização.

A “Estratégia de Segurança Nacional” dos EUA publicada em Setembro de 2002 e o livro de Robert Kagan já citado, querem não só um Mundo que seja dominado pelos EUA,

mas que também adopte os valores dos EUA que se consideram a fonte do bem, do desenvolvimento e da democracia.

Os EUA têm vindo a recusar a intenção da ONU de publicar um documento sobre a preservação dos Direitos Culturais das Sociedades.

Daí que os EUA sejam tão avessos a aceitar as convenções internacionais por que consideram que aquelas são apenas um espartilho à sua acção tendencialmente imperial; daí a sua má vontade contra a ONU e a própria Europa quando esta tem outra abordagem ou outra visão sobre os problemas e as suas soluções.

O pensamento neo-conservador, os livros de Kagan e a intervenção no Iraque estão a demonstrar os limites do pensamento e do poder americano já que aparentemente defensores da globalização tornam-se autistas ou fortemente proteccionistas quando tal lhes convém.

Em 15 de Junho de 1999 depois da guerra do Kosovo escrevi um texto para o “Público” intitulado “Finalmente, a clareza do Império”, em que explicava quais os atributos que faziam deste Poder o tal Império:

- Poder Industrial
- Poder Financeiro
- Poder Militar
- Poder Nuclear
- Poder Aero Espacial
- Diferença Científica e Tecnológica
- Capacidade de projecção cultural
- Orgulho Nacional
- Capacidade de Decisão Política

Com estas características e se elas se mantivessem, o Império existia e resultaria sem necessidade de ocupação territorial. A década de 90 tinha dado a entender que tal seria possível. Mas, alguma coisa se alterou. O Poder Industrial americano já não é o que foi, e os EUA consomem mais do que produzem; é o resto do Mundo que paga este desequilíbrio com transferências, investimentos directos e depósitos.

Mas tudo o resto se mantém, embora no Poder Militar haja um grande desequilíbrio entre as suas capacidades Aéreo-Navais e as das suas Forças Terrestres. Já se sabia, mas o caso do Iraque confirmou, que perante o actual tipo de conflitos e o tipo de actuação

necessária, as Forças Terrestres dos EUA não estão preparadas para missões de ocupação, ou de “Peace Building”. Quer isto dizer, vão chegar à conclusão que precisam de Forças Terrestres de outros países, o que aparece explicitado por Charles Krauthammer na Revista Time de 1 de Setembro de 2003 sob o título “Help Wanted”, de que me permito transcrever a parte final:

“Second, the Security Council must pass a new resolution that explicitly authorizes other countries to send peacekeepers. Russia and India and others say they would contribute only under such a resolution. Foreign peacekeepers could relieve U.S. forces of such static and technologically simple duties as guarding fixed facilities. There is no reason why American soldiers should be standing guard duty at a children’s hospital (where three G.I.s were killed in a grenade attack in July). That can be done by others and would free up the U.S. military to do what it does best: hunt down the remnants of the Baathist regime and confront foreign terrorist allies.

Which brings us to the third point, the hardball. If the world will not help America in Iraq, U.S. officials should ostentatiously announce a global reconsideration of all American military commitments in humanitarian ventures. Why are U.S. troops sitting in the Balkans, when the French and Germans and others who won’t lift a finger for the Americans in Iraq can very well do it themselves?

The soldiers in Iraq are tired. They need relief. That relief can come from newly trained Iraqi forces, who would be helped by international recognition of the provisional government working with the U.S.. Relief can come from other countries’ troops, hence a U.N. resolution explicitly granting such authorization. And relief can come from rotating to Iraq U.S. soldiers on social-work duty elsewhere-hence the threat to withdraw from those commitments if the world will not help America otherwise.

If the world wants the U.S. to play God, especially in godforsaken places, it had better help. America cannot tend to every sparrow in the forest. Not even God does.” (fim de citação).

Depois disto o próprio Presidente Bush tem tentado junto da ONU, nomeadamente quando da sua Assembleia Geral em Setembro de 2003, e da Comunidade Internacional o envio de forças militares de outros países para o Iraque.

A reaproximação com a Alemanha já aconteceu, mas a concretização do envio de forças de outras nações continua a tardar.

Mas, e aqui está outro limite, se os EUA não estão interessados em aceitar as Resoluções do CS/ONU, todos os outros países estão, e não haverá luz verde para o envol-

vimento de Forças Terrestres volumosas no Iraque, sem outra Resolução daquele Conselho.

Em 16 de Outubro foi aprovada pelo Conselho de Segurança da ONU uma nova Resolução que autoriza o envio de um contingente da ONU sob comando dos EUA, tendo originado um agradecimento do Presidente G.W. Bush.

Para quem na direcção do Pentágono, e contra a opinião de experientes políticos americanos dos dois grandes partidos e dos especialistas militares, estava convencido que a intervenção no Iraque era apenas um passeio a realidade está a demonstrar o contrário.

Apesar de tudo e para o equilíbrio mundial esta lição não tem apenas aspectos negativos, pois permite demonstrar que se a Europa ainda necessita da protecção militar dos EUA, estes, para transformações políticas mais importantes à escala mundial, não o poderão fazer sem o apoio europeu, do seu “soft-power” e das suas ligações privilegiadas, mais ou menos, por todo o mundo.

Um artigo que escrevi para o “Boletim da Ordem dos Advogados” de Setembro de 2002 sob o título “Aliados com dificuldades - Diferenças de percepção e cultura entre os dois lados do Atlântico” -, terminava do seguinte modo:

“Hoje (e independentemente do competidor que a União Europeia pode ser dos EUA) há já diferenças marcantes sobre várias questões da agenda mundial, como sejam:

- ONU
- Tribunal Penal Internacional (TPI)
- Tratados sobre armas químicas e biológicas
- Questão ambiental e o Acordo de Kyoto
- Direitos de Importação
- Conflito da Palestina
- Iraque
- Relação com o MERCOSUL (e América Latina)

Será que o futuro permitirá uma aproximação de posições ou assistirá ao rasgar de uma Aliança que vem desde os finais da II Grande Guerra?

Como seria a nova construção geopolítica (e com que consequências) se os caminhos dos EUA e da UE se afastassem?

Pode ser assustador constatar que a grande vitória que a Al-Qaeda e Bin-Laden alcançaram neste processo foi marcar (de um modo talvez irreversível) o afastamento entre os EUA e a União Europeia.

Será que se pode corrigir? É indispensável que tal ocorra.

Se tal afastamento não se vier a agravar, as diferenças de posições que tenho aludido acabam por não ser prejudiciais, antes se podendo complementar. Face à incapacidade e falta de vontade política europeia em termos militares responde o super poder dos EUA, acompanhado, caso a caso, pelos Aliados europeus da NATO que os quiserem seguir; simultaneamente face às diferentes percepções e à imensidade de relações diversificadas que os Europeus têm no globo podem estes encontrar para cada caso e cada região as soluções cooperativas mais coerentes, úteis e apontando para um futuro mais estável.

O planeta em que vivemos não pode cair nas mãos dos que querem o confronto em prejuízo da cooperação. Não podemos voltar aos tempos do MAD (Destruição Mútua Assegurada), já que todos viríamos a perder". (fim de citação).

Para a Europa não há interesse em fazer um esforço competitivo com os EUA na área armamentista. Não é uma questão de impossibilidade. É uma questão de opção. É uma outra filosofia sobre o Mundo.

Então, como está o Mundo actualmente e como se pode regular a Segurança para se tentar mais estabilidade e paz?

É claro que a experiência europeia, nascida em 1957, de criar um espaço de paz, bem estar, desenvolvimento económico, que se foi expandindo cada vez mais para Norte, Sul e Leste é uma história de sucesso que se alarga também para além das suas fronteiras imediatas, sendo um exemplo atractivo para sucessivas associações e candidaturas, mas não é de imediato extrapolável nos seus pressupostos, condicionamentos e regras para o resto do Mundo.

E a Europa também percebe isto.

Por vezes, não há alternativas ao uso da força militar e se os EUA são o grande poder militar em quem quase tudo se pode delegar, não podem em momento de grande crise ser abandonados.

A Europa deve dispôr de capacidades militares em termos tecnológicos, de equipamento, de organização e de formação profissional que lhe permita poder trabalhar em conjunto com os EUA. E daí que a NATO continue a ser relevante, porque é uma casa comum que a ambas partes do Atlântico Norte interessa e esta relação moderna e renovada é importante para a estabilidade mundial.

Vejamos, então, em termos de grandes actores que influenciam o jogo geopolítico como é que a arrumação poderá ser feita e quais são os problemas que se apresentam entre eles:

- De momento o grande jogador é a hiper-potência EUA que tem, com esta Administração Republicana, uma postura, anunciada no documento “Estratégia de Segurança Nacional” de Setembro de 2002 e explicada no livro já citado de R. Kagan, assumidamente imperial, não querendo para si as mesmas regras de comportamento que se devem aplicar a todos os outros países. Por outro lado, a sua presença em todas as actividades mundiais procurando soluções à sua medida tem simultaneamente provocado um mecanismo de atracção individual para quem olha para os EUA como o local de todas as possibilidades de realização, mas também uma progressiva e crescente reacção (mais ou menos mundializada) pela sua visão autista e unilateral na incapacidade de compreender fenómenos sócio-culturais diferentes do seu.

Com todo o seu poder militar (3,2% do PIB para a Defesa e que no seu valor corresponde à adição de despesas feitas pelos 15 países que vêm a seguir nesta lista), com o ambiente mundial existente, com o novo enquadramento geo-estratégico e a evolução das características da segurança mundial e nacional, os EUA vivem com medo, não só pela hipótese dos seus interesses e representantes serem atacados em qualquer parte do Mundo, mas, mais grave do que isso, de serem atacados dentro do seu próprio espaço nacional (o que já aconteceu) pelo que desejariam construir um escudo anti-míssil que os protegesse de qualquer eventual ataque nuclear. Ora, já se provou que o tipo de ameaças actuais não precisa de armas nucleares para abalar qualquer país.

Sendo os EUA indispensáveis ao mundo, esta sua posição não é sustentável e parece-me estar provado que a visão messiânica dos neo-conservadores não terá sucesso. Não se pode viver em permanência com medo e terá de haver uma acção de poder regulador que integre harmonicamente o “hard-power”, com o “soft-power”, mesmo pelos próprios EUA.

A actual política já foi criticada duramente não só por Bill Clinton e por Al Gore, mas também pelos primeiros signatários do documento “Para a Renovação da Parceria Transatlântica”, onde se encontram personalidades tão influentes como Madeleine Albright, Harold Brown, Zbigniew Brzezinski, Warren Christopher, William Cohen, Stuart Erzenstad, John Hame, Carla Hills, Sam Nunn, Charles Ross, do Partido Democrático e Frank Carlucci, Robert Dole, Lawrence Eagleburger, Alexander Haig

Jr., Lee Hamilton, Paul O'Neill, William Roth Jr., James Schlesinger, do Partido Republicano.

Trata-se de um conjunto de personalidades que não podem ser acusadas de falta de experiência ou de patriotismo e que vêm dos dois grandes partidos políticos dos EUA.

De qualquer modo, e embora podendo corrigir as suas abordagens e “performances” os EUA são o actor principal que não pode ser ignorado, nem abandonado e que actualmente podem estar na situação de pré-rotura pela excessiva expansão ocorrida e pela exagerada extensão de responsabilidades militares à escala mundial (over-stretched), o que, de certo modo, convém aos seus opositores geopolíticos, mas não à Europa.

Trata-se de uma situação clássica da geoestratégia e da geopolítica. Em termos geo-estratégicos ocorreu com Napoleão, com a Alemanha Nazi e o Japão Imperial da II Grande Guerra; em termos geopolíticos com a URSS da Guerra Fria, o que levou à sua implosão; olhando mais para o passado também ocorreu com o Império Romano.

- Outro grande actor, trata-se de uma entidade difícil de definir juridicamente, mas sempre em movimento e progresso desde 1957, a União Europeia, que é já o maior poder industrial à escala mundial, alargando-se em permanência sob a protecção militar dos EUA e sendo um enorme pólo de atracção.

Já ouvi dizer que o projecto europeu tem vivido sempre no meio de uma viagem sem fim visível....

A União Europeia procura consolidar-se, reformar-se, alargar-se ao mesmo tempo que coabita e tem um modo próprio de olhar e intervir nas sucessivas crises mundiais e regionais que se passam à sua volta, na Federação Russa, no Médio Oriente, em África e na América Latina.

Está a caminho de aprovar um Tratado de natureza constitucional.

A palavra chave do sucesso e estabilidade da U.E. é a ideia da cooperação e das parcerias bilaterais e multilaterais procurando levar em consideração as idiosincrasias de cada povo admitindo que se forem dadas possibilidades todos estarão interessados em integrar este processo e pensando as suas Forças Armadas como “Constabulary Forces” tal como Janowitz as imaginou.

A Europa elegeu a cooperação em detrimento do confronto evitando investimentos exagerados nas Forças Armadas, estando, no entanto, nesta área, abaixo das suas possibilidades e necessidades.

Actualmente, esta União Europeia não pode passar nas questões de Segurança e Defesa sem os EUA.

Esta relação de dupla dependência e dupla necessidade foi melhor compreendida nos EUA pelos Conservadores tradicionais (Administração de George Bush, Pai) e pelos Democratas (Administração de Bill Clinton) do que pelos neo-conservadores que consideram que os projectos americano e europeu já pouco têm em comum e vêem na Europa claramente um adversário político, económico e na influência cultural à escala mundial. E, em consequência, apostam na sua divisão.

- A Rússia será sempre um actor importante em toda a Ásia Central e Oriental, bem como no Médio Oriente. Está a recuperar com dificuldades evidentes do grande trauma que foi o desaparecimento do Império Soviético e da impraticabilidade das ideias marxistas-leninistas. Está a sentir a presença de bases americanas sediadas nas antigas Repúblicas Soviéticas do Sul e da Ásia Central, está a adaptar-se com dificuldades (mas sobrevivendo) à transição demasiado rápida para a economia de mercado, procura não se confrontar com os EUA e desenvolve relações de cooperação com os seus vizinhos, nomeadamente a Europa e a China.

Tem condições naturais para voltar a ser um grande actor, desde que melhore a afirmação do Estado e dos seus poderes, os seus mecanismos de mercado e a formação profissional as sua sociedade. Ainda sofre de grandes tensões internas, umas naturais e outras provocadas e por isso procura a estabilidade e não se confronta directamente com o maior poder militar existente que também pode ser um investidor indispensável.

Irá demorar muito tempo até que volte a ser uma grande potência à escala mundial.

- O Japão, mesmo com dificuldades inerentes à sua situação financeira (em recuperação) trata-se da terceira economia mundial, com elevados padrões tecnológicos, de disciplina social e formação profissional. Vive em termos de Segurança e Defesa de uma aliança bilateral com os EUA, o que lhe permitiu, tal como na Europa, a recuperação económica que ocorreu depois da II Grande Guerra.

Interessa-lhe também dominar a região Ásia Pacífico através do “soft-power”, da economia e da tecnologia e não através do poder militar. Mas, se o quisesse, poderia rapidamente transformar-se numa potência militar poderosa e avançada.

Em termos geoestratégicos a sua aliança com os EUA faz de si um país não asiático.

- A China tem aguentado bem a transição para uma “economia socialista de mercado” (segundo a terminologia oficial), sem problemas internos inultrapassáveis, procurando copiar o melhor possível o modelo americano e apostando no futuro numa competição com as mesmas armas na área económica.

Tem todas as condições para ser um dos próximos super poderes mundiais em meados do século, o que já foi antecipado pelos EUA e é apresentado de forma clara por R. Kagan.

Porquê fazer já da China o inimigo do futuro? Tirando o curto período do comunismo-nacionalista de Mao Tse Tung, a China sempre foi um país defensivo, humilhado, mal tratado pelas grandes potências de cada época, país de comerciantes e agricultores e muito marcado pela ética confucionista.

As suas características colectivas e o seu valor geopolítico são fortes, mas nada permite declarar que a China queira ser uma potência expansionista, pela primeira vez na sua História. Não será ainda este século uma potência global mas quererá ser o primeiro poder na região Ásia-Pacífico.

- A chamada América Latina, ou mais propriamente a América Central e a do Sul, tem sido sempre uma área de influência e supremacia americana e onde os EUA não aceitam veleidades de grandes autonomias ou influências externas, nomeadamente europeias. Problemas económicos e sociais difíceis, domínio da religião católica, áreas onde há um espaço de influência do Reino Unido, França, Espanha e Portugal, desejam os EUA através da ALCA integrá-la toda no seu sistema económico-financeiro.

Ocorrem, simultaneamente, grande corrupção, regimes autoritários em trânsito para regimes democráticos, grandes migrações, vários problemas de narco-tráfico, guerrilhas de várias origens, e por vezes esvaziamento do poder central do Estado. Contudo, a América Latina já ultrapassou a sua pior fase. Hoje os regimes políticos estão no bom caminho, sabem o que querem, têm como referência os EUA e a UE, estando claramente no grupo que se identifica com os valores ocidentais e para lá desejam caminhar. A herança cultural e religiosa herdada dos povos peninsulares, cria uma forte base, comum a todos.

De qualquer modo, esta região deseja assumir-se e autonomizar-se jogando com regras do jogo que não foram por si definidas. Enquanto o sub-continente norte

americano está já integrado com o Canadá e o México através da NAFTA, o Sul procura autonomizar-se através do Mercosul agora recuperado pelo Brasil e pela Argentina, tentando caminhar para um modelo semelhante ao da União Europeia.

Neste sub-continente o Brasil será sempre o grande actor do futuro, sendo a sua maior vulnerabilidade a corrupção e as grandes diferenças sociais. Acontece que, actualmente, o Presidente Lula da Silva está a fazer passar a sua mensagem e a ter algum sucesso a nível interno e mundial. O Brasil dispõe de um enorme potencial estratégico (tem petróleo, foi recentemente descoberto gás natural e a sua maior exportação já é a indústria aeronáutica) e é a grande referência para todos os outros.

- A Índia, tendencialmente o país que virá a ultrapassar a China em termos de população vai gerindo relativamente bem as suas grandes dificuldades internas, também originadas em sistemas sociais e religiosos muito antigos e difíceis de ultrapassar. Procurará evitar confrontações com o seu vizinho Paquistão, por causa de Caxemira, e com a própria China.

Já é uma potência nuclear e apresenta, em áreas de ponta, níveis tecnológicos avançados.

Nesta área do globo, a China e a Índia são actores que frequentemente e por diversas razões têm tendência a chocar-se, o que vão evitando o melhor que podem, apostando mais num desenvolvimento estável e sustentado para o futuro do que em questões actuais que possam levar à confrontação. Em certa medida, e pesem as diferenças existentes, a Índia é um actor que se posiciona para o futuro como o Brasil.

- Restam-nos as áreas de maiores problemas, o Continente Africano e a faixa islâmica que vai de Marrocos à Indonésia, mas onde existem grandes diferenças embora a religião islâmica seja comum. Não existem comparações possíveis entre regimes como os de Marrocos, da Malásia ou mesmo o da Indonésia, com os casos do Irão, da Arábia Saudita e do Paquistão.

Portanto, com a mesma religião existem possibilidades de soluções políticas, económicas e sociais diferentes. A Malásia é um caso de grande sucesso e relativamente democrático. Não é o Islão que é um problema, é o modo como diferentes actores o utilizam e como do lado ocidental se interpreta.

- O Continente Africano, da África Negra é um continente abandonado, com riquezas estratégicas, a quem tudo quanto é mau tem acontecido e só poderá recuperar com a ajuda do primeiro mundo.

Concentram-se aqui grandes problemas humanitários que os governos locais têm dificuldades em gerir. Os responsáveis dos EUA, da ex-URSS e da Europa, à excepção da questão das matérias primas e dos armamentos, pouca atenção lhe têm dado. É o sub-continente onde têm ocorrido as maiores tragédias humanitárias.

Disto isto, de modo tanto quanto possível resumido, pode-se concluir afirmando que os grandes problemas para a estabilidade e segurança mundial residem:

- a. Nos fundamentalistas das religiões – judeus, islão, certos cristãos americanos, que tem dificuldade em conviver com outras crenças e modos de viver;
- b. A questão da Ásia Central e do Médio Oriente ligada ao problema incontornável do petróleo e do gás natural, onde tudo quanto é importante nas análises geopolíticas está concentrado.
- c. Nas dificuldades de entendimento e coordenação entre os grandes actores estatais mundiais, todos com problemas internos e tendo como inimigo comum que a todos pode afectar, mas também unir, a questão do crime e terrorismo organizado de estrutura transnacional e de base territorial difícil de definir.
- d. Na hipótese de estas organizações de crime e terrorismo organizado poderem ser usadas pelos grandes actores nos seus confrontos indirectos e poderem também estar por detrás das manipulações dos povos pelos fundamentalismos religiosos.
- e. Na utilização de armas NBQ, não só por Estados (o que se pode controlar e limitar) mas principalmente por organizações de terrorismo transnacional.
- f. No grande fosso de desenvolvimento e bem estar entre Ricos e Pobres, entre o Norte e o Sul.

Se os actores da cena internacional se limitassem aos Estados-Nação ou grandes Associações poderíamos hierarquizá-los em termos de poder, presente e futuro, do seguinte modo e procurar relações de cooperação e entendimento entre eles:

- 1º. - EUA
- 2º. - União Europeia e China

3º. - Rússia e Japão

4º. - Brasil e União Indiana

Só que, e por isso o pensamento de R. Kagan é redutor, os actores hoje são muito variados e determinadas movimentações e acções visíveis não permitem entender rapidamente de quem dependem, ou quem as provoca.

As organizações supranacionais, infranacionais, transnacionais, as ONG, as multinacionais da indústria e da finança, as transnacionais da religião e do crime organizado, etc., permitem concluir que hoje o mundo é de uma complexidade sem precedentes, o que leva a dizer que o verdadeiro poder raramente está no Governo dos Estados-Nação e que estes para sobreviverem terão de fazer grandes concessões e compromissos. Não controlam o poder económico, mas a resolução das questões sociais e de segurança serão sempre da sua responsabilidade.

Acresce que em determinadas Nações, o Estado já quase não existe, correndo-se o risco, por necessidades da segurança regional ou colectiva, de se criarem protectorados de grandes poderes ou até através da ONU, como outrora já havia acontecido com a Sociedade das Nações.

Perante este quadro que soluções se apresentam para melhorar os níveis de paz, estabilidade e segurança à escala mundial? Como se pode regular o global?

O êxito destas medidas passará pela compreensão e aceitação dos grandes poderes de que, ou são feitas grandes correcções e alterações estruturais e comportamentais, ou então a instabilidade e os riscos, mesmo para os mais poderosos, dentro do seu solo nacional aumentarão.

Que medidas se podem preconizar?

1. Apostar na reforma e melhoria da ONU, como organização global, indispensável, que embora com defeitos, tem realizado trabalho notável e é o único fórum mundial onde todos os poderes se encontram. Obrigatoriamente, tem de reflectir todas as contradições mundiais.

Entre as reformas preconizadas que têm sido muitas torna-se imperioso rever a constituição e regimento do CS. A sua composição e poderes sendo consequência do final da II Grande Guerra já não representam o mundo de hoje.

É muito discutível a composição do CS e o direito de veto de alguns membros. O CS existente não faz sentido e não corresponde à realidade mundial se não incluir como membros permanentes o Japão, a Alemanha, o Brasil e a União Indiana.

Sobre tudo isto, ainda recentemente, a União Internacional de Advogados reunida em Lisboa apresentou propostas de alterações consideradas indispensáveis.

2. Apostar e apoiar a criação e o desenvolvimento de Organizações Regionais com várias finalidades em quem a ONU possa delegar poderes, tal como acontece hoje, com a NATO, a União Europeia e a própria OSCE.
3. Apostar na democratização dos regimes, independentemente das suas origens étnicas, culturais e religiosas, sabendo porém que as abordagens não podem ser as mesmas para todos e que o ritmo de implementação também será diferente para cada caso.
4. Tentar compreender que muitos dos problemas que se levantam, um pouco por todo o Mundo, têm a ver com processos de humilhação e ressentimento a que os povos e nações menos desenvolvidos têm sido sujeitos face aos interesses dos grandes poderes e das grandes empresas. Têm de ser construídos mecanismos de apoio específico para os Países do Terceiro Mundo, premiando aqueles que forem capazes de evoluir.

A “Carta de Comportamento para as Multinacionais” que a ONU pretende aprovar é uma contribuição indispensável.

5. Enquanto o CS/ONU não for reformado e tiver mais capacidade de decisão para resolver crises e conflitos mundiais, onde se põem graves problemas de violência (de origem étnica, religiosa, de fronteiras, de falta de poder ou de excesso de poder de alguns Estados, das várias consequências visíveis das diferentes formas do crime organizado) é compreensível que os EUA como grande poder militar à escala mundial se sintam obrigados a intervir. Mas o tipo de ameaças que hoje se põem não permite conviver com os lentos mecanismos de decisão que são parte da cultura do CS/ONU e da NATO.

Tanto num caso, como noutro e quando algum país sentir necessidade de intervir pode formar Alianças ad-hoc; aqueles que não quiserem, não participam, mas não impedem outros de o fazer. E os EUA, insisto, não podem ser deixados sós. O caso do Kosovo e do Iraque são exemplos do que pode ocorrer no futuro.

6. O quadro de intervenção da NATO terá de se modificar completamente. Esta, com o novo Conceito Estratégico de 1999 passou de um Sistema de Defesa Colectivo para um Sistema de Segurança Colectivo e face ao tipo de ameaças que se põem e à

rapidez de reacção a que obrigam terá de ser capaz de intervir em qualquer parte do Mundo quase de imediato. Tal obrigará a uma partilha de tarefas e responsabilidades com os EUA. A operação do Iraque demonstrou que se os Estados Unidos são quase imbatíveis em operações ofensivas com o apoio de Forças Navais, Aéreas, Mísseis e Alta Tecnologia, já são mais frágeis em missões de “peace-building” e no emprego das suas Forças Terrestres onde os europeus e outros países, face aos actuais tipos de intervenção, são mais adequados.

7. Por outro lado, o desenvolvimento será imprescindível para a paz e tal passa também pela capacidade de dar apoios aos países menos desenvolvidos, mas evitar que caiam em mãos de governos corruptos.
8. Existem, porém, questões envolvendo o comportamento rígido e histórico da parte de alguns dos grandes actores onde será preciso encontrar plataformas de entendimento e acomodação:
 - a. A postura dos EUA e a sua posição perante o resto do Mundo, nomeadamente com a UE e a China, que se apresentam como os dois grandes confrontos anunciados.
 - b. O comportamento dos responsáveis pelas religiões mais importantes do planeta e a importância indiscutível que têm nas atitudes individuais e colectivas dos crentes.

Todos dizem crer em um só Deus e quererem a paz; mas por causa dos dogmas inventados pelos Homens, as religiões têm sido mais factor de guerra do que de paz.

Têm de ser encontrados elementos comuns de interesse ecuménico que possam ajudar à verdadeira paz.
 - c. O comportamento de alguns países europeus face aos EUA tem sido também um factor de permanente tensão e terá de ser alterado.

A Europa não se pode construir, consolidar e fortalecer contra os EUA. E é de dizer, constatar-se, não ser só da parte dos EUA de onde vêm interpretações de que os interesses americanos e os europeus já não são os mesmos. Também na Europa há quem pense assim e que enfraquecendo os EUA, a Europa sairá reforçada.

A recente sondagem sobre “World Trends” realizada pelo “German Marshal Fund” dos EUA, neste país e em sete europeus (incluindo Portugal) confirma

que Europeus e Americanos consideram por larga maioria que os seus interesses são diferentes.

Mas, independentemente da competição entre si, os EUA e a UE têm muito mais em comum, fundamentalmente nos valores, numa certa visão do mundo, na necessidade de estabilidade e segurança, do aquilo que os divide.

Terão tudo a ganhar se mantiverem plataformas de entendimento e acomodação, fundamentalmente na área da segurança; ambos sairão prejudicados se optarem por uma forte confrontação e por uma estratégia indirecta à escala mundial para enfraquecer o outro.

Se isto ocorresse, tal processo poderia terminar com resultados semelhantes, à escala mundial e naquilo que se considera o mundo ocidental, aos das guerras civis europeias do século XX que abateram definitivamente todo e qualquer poder europeu. O poder e influência do chamado Mundo Ocidental poderia tender para o enfraquecimento. É um novo ciclo que pode ser evitado no modo como se conceber e construir a nova Carta do Poder Mundial.

E, para além de outros poderes, como a recuperação da Federação Russa e a afirmação definitiva da China e da União Indiana, a nova Carta do Poder Mundial vai, em muito, depender do modo como a União Europeia evoluir internamente e do tipo de relações entre esta e os EUA. É, para mim, o coração deste problema.